

CONCURSO PÚBLICO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS

CADERNO DE PROVAS

CARGO	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CADERNO 3	ESPECIALIDADE/ÁREA DO CONHECIMENTO: <ul style="list-style-type: none">• CONTADOR
PROVAS:	<ul style="list-style-type: none">• LÍNGUA PORTUGUESA• NOÇÕES DE DIREITO• NOÇÕES DE INFORMÁTICA• CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 50 (cinquenta) questões objetivas, sendo 15 de Língua Portuguesa, 15 de Noções de Direito, 5 de Noções de Informática e 15 de Conhecimentos Específicos. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, **4** (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
4. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
5. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com sua folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
6. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após 1 (uma) hora contada a partir do efetivo início das mesmas.
7. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
8. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, dois dias depois da realização da prova.
9. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.



Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – Cad. 3

A primeira explicitação das normas ortográficas da língua portuguesa, que está próximo de completar 500 anos, apenas sofreu alterações a partir do início do século passado. É admirável haver numerosas gramáticas dos séculos XVI a XIX que atestam a evolução estrutural da língua, enquanto se continua a usar o mesmo conjunto de regras ortográficas por quase 400 anos. [4]

Com efeito, data de 1536 a célebre *Grammatica da linguagem portuguesa*, título em cujos cinquenta capítulos Fernão de Oliveira descreve, entre vários outros aspectos da língua de sua época, a articulação dos sons e as formas gráficas que se prestariam a sua representação. É interessante observar que, antes da publicação dessa obra exordial, a língua portuguesa era escrita segundo ortografias de orientação especialmente latinizante, a exemplo do que também se praticava em quase todos os demais vernáculos que já se haviam diferenciado no mundo neolatino. A exceção ao conjunto é o espanhol, que, em 1517, recebeu o primeiro conjunto de regras ortográficas, também baseadas em diretrizes sonoras e etimológicas. [11]

Por outro lado, o trabalho de Oliveira não fez, naturalmente, que se eliminasse de imediato toda oscilação ortográfica dos textos portugueses. As edições d'*Os Lusíadas* publicadas em 1572, por exemplo, coligem diversas formas variantes, e somente o tempo levaria à decisão em favor de uma delas mediante a consideração de argumentos etimológicos, fonéticos e até mesmo pragmáticos. Em qualquer época, contudo, a ortografia corresponde a uma tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema essencialmente dinâmico e complexo: a língua exercida por uma comunidade, caracterizada por seus dialetos e pelos traços sociais de seus falantes. [18]

Somente no início do século XX ocorreu um esforço conjunto entre as Academias de Letras do Brasil e de Portugal, no sentido de se uniformizarem as grafias oficiais nos dois países. Como fruto desse trabalho, vêm a lume, em 1911, os termos da primeira proposta de acordo ortográfico da língua portuguesa; entretanto, sua aplicação foi dificultada por múltiplos fatores, desde o nível acadêmico até o político. Houve tentativas de se retomarem as linhas mestras desse documento em 1915 e em 1931, mas somente em 1943 se avança, no Brasil, em caráter efetivo. A convenção ratificada pela Academia Brasileira de Letras não apenas transforma dígrafos em sinais simples, como também implementa a acentuação distintiva para homófonos homógrafos e o uso de trema – aspectos estes que foram revistos, como se sabe, no último Acordo Ortográfico. [27]

Apesar de envolverem comissões representantes dos mesmos países lusófonos, as decisões posteriores nem sempre foram acatadas bilateralmente. Assim é que, por exemplo, as diretrizes que compõem o Acordo de 1945 não foram aceitas no Brasil, e foi necessária a promulgação de lei específica, em 1971, para reduzir as dissonâncias ortográficas verificadas entre as grafias oficiais vigentes nos dois lados do Atlântico. [32]

Em sua essência, o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 2009, pouco apresenta de efetivamente novo em relação ao disposto no encontro multinacional de países falantes da língua portuguesa ocorrido em 1990. O documento é alvo de críticas particularmente severas – e absolutamente pertinentes – feitas por acadêmicos, as quais se sustentam no argumento de que há um equívoco reducionista e inadmissível no âmago do Acordo. Essa questão compromete o princípio em que se apoia a própria concepção de toda a proposta, e tem motivado discussões e análises que apontam a necessidade de revisão de seus termos. Em bom português: uma língua não é apenas o que se escreve em atendimento a convenções artificiais, mas fundamentalmente um quadro complexo e pluricêntrico que abarca todas as comunidades de fala. [41]

QUESTÃO 01

A correferência entre termos **NÃO** está corretamente identificada em

- (A) 'uma delas [linha 14] = 'As edições d'*Os Lusíadas* publicadas em 1572' [linha 13].
- (B) 'esse documento' [linha 23] = 'primeira proposta de acordo ortográfico da língua portuguesa' [linha 21].
- (C) 'aspectos estes' [linha 26] = 'a acentuação distintiva para homófonos homógrafos e o uso de trema' [linhas 25 e 26].
- (D) 'o documento' [linha 35] = '*Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*' [linha 33].

QUESTÃO 02

Nas alternativas abaixo, a pontuação entre cada par de palavras destacadas foi alterada. Assinale aquela em que a proposta de reescrita implica uma **incorreção gramatical**, independente de mudança de significado de qualquer termo.

- (A) '[...] a acentuação distintiva para homófonos homógrafos e o uso de trema – aspectos estes, que foram revistos, como se sabe, no último Acordo Ortográfico.' [linhas 25-27]
- (B) '[...] pouco apresenta de efetivamente novo em relação ao disposto no encontro multinacional de países falantes da língua portuguesa, ocorrido em 1990.' [linhas 33-35]
- (C) '[...] entre vários outros aspectos da língua de sua época, a articulação dos sons e as formas gráficas, que se prestariam a sua representação.' [linhas 6-7]
- (D) '[...] a exemplo do que também se praticava em quase todos os demais vernáculos, que já se haviam diferenciado no mundo neolatino.' [linhas 9-10]

QUESTÃO 03

É uma assertiva **VERDADEIRA** segundo o texto:

- (A) A preocupação efetiva com a fixação de normas para a escrita da língua portuguesa é bastante recente, remontando apenas ao último século de sua história.
- (B) A ortografia padrão da língua portuguesa deve necessariamente ser reducionista, uma vez que os demais idiomas a ela semelhantes também mostram essa tendência.
- (C) Ainda que sejam imperfeitas para representar a língua falada, as convenções ortográficas são necessárias em qualquer época, como ilustram os primórdios da língua portuguesa.
- (D) O registro escrito corresponde a uma forma inadequada para a representação da língua, pois muitos dialetos não são apropriadamente caracterizados pelo sistema ortográfico.

QUESTÃO 04

A partir do conteúdo do texto e tomando como verdadeiras as informações nele contidas, identifique a alternativa que compreende uma inferência **CORRETA**:

- (A) O texto é incoerente, pois, ao mesmo tempo em que reúne críticas de diversas ordens ao Acordo Ortográfico, respeita integralmente todas as suas determinações.
- (B) É improdutivo questionarmos a validade de acordos ortográficos pelo simples fato de que eles são concebidos pelos membros de Academias nacionais de Letras.
- (C) Em decorrência de se revestirem de força normativa ímpar, as convenções ortográficas devem ser cuidadosamente planejadas e constantemente avaliadas.
- (D) A multiplicidade de interesses que cercam a discussão ortográfica não permite que a comunidade de falantes colha resultados positivos da adoção de novas normas de escrita.

QUESTÃO 05

As alternativas seguintes destacam trechos do texto que foram reescritos apenas deslocando-se termos ou expressões. Assinale aquela na qual essa alteração sintática também implica uma mudança de significado.

- (A) '[...] das normas ortográficas da língua portuguesa, que está próximo de completar 500 anos, apenas sofreu alterações a partir do início do século passado.' [linhas 1-2]
[...] das normas ortográficas da língua portuguesa, que está próximo de completar 500 anos, sofreu apenas alterações a partir do início do século passado.
- (B) 'Em qualquer época, contudo, a ortografia corresponde a uma tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema essencialmente dinâmico e complexo [...].' [linhas 15-17]
Contudo, a ortografia corresponde, em qualquer época, a uma tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema essencialmente dinâmico e complexo [...].
- (C) 'Houve tentativas de se retomarem as linhas mestras desse documento em 1915 e em 1931, mas somente em 1943 se avança, no Brasil, em caráter efetivo.' [linhas 22-24]
Houve tentativas, em 1915 e em 1931, de se retomarem as linhas mestras desse documento, mas somente em 1943 se avança, no Brasil, em caráter efetivo.
- (D) 'Em sua essência, o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 2009, pouco apresenta de efetivamente novo em relação ao disposto [...].' [linhas 33-34]
O *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 2009, pouco apresenta, em sua essência, de efetivamente novo em relação ao disposto [...].

QUESTÃO 06

Apresentam-se, abaixo, segmentos do texto acompanhados de afirmativas ligadas ao tema principal nele tratado.

I. "Em qualquer época, contudo, a ortografia corresponde a uma tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema essencialmente dinâmico e complexo: a língua exercida por uma comunidade, caracterizada por seus dialetos e pelos traços sociais de seus falantes." [linhas 15-18]

i. A partir do momento em que passa a ter ortografia oficial, uma língua passa a contar com um conjunto de regras que não apenas permitem seu registro para além da oralidade, como também lhe conferem estabilidade e prestígio.

II. "É interessante observar que, antes da publicação dessa obra exordial, a língua portuguesa era escrita segundo ortografias de orientação especialmente latinizante, a exemplo do que também se praticava em quase todos os demais vernáculos que já se haviam diferenciado no mundo neolatino." [linhas 7-10]

ii. A profusão de obras de cunho gramatical dedicadas ao português nos últimos séculos indica a busca incessante de descrição da estrutura e do funcionamento da língua, bem como a necessidade de fixação de normas gramaticais mais cultas.

III. "Em sua essência, o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 2009, pouco apresenta de efetivamente novo em relação ao disposto no encontro multinacional de países falantes da língua portuguesa ocorrido em 1990." [linhas 33-35]

iii. Os portugueses têm defendido, através de movimentos populares e de debates acadêmicos bastante inflamados, uma posição conservadora e abertamente contrária à adoção dos termos do Acordo de 2009, por eles considerado ineficaz para sanar os problemas ortográficos existentes.

Nos pares (I, i), (II, ii) e (III, iii), as afirmativas (i, ii, iii), **se corretas**,

- (A) extrapolam o disposto no texto, mas enfraquecem os argumentos principais dos trechos que acompanham, respectivamente.
- (B) extrapolam o disposto no texto e não dialogam diretamente com os argumentos principais dos trechos que acompanham, respectivamente.
- (C) extrapolam o disposto no texto, mas fortalecem os argumentos principais dos trechos que acompanham, respectivamente.
- (D) estão contidas no texto, mas apenas duas delas dialogam diretamente com os argumentos principais dos trechos que acompanham, respectivamente.

QUESTÃO 07

Leia as assertivas apresentadas abaixo.

- I. Toda gramática é revolucionária, pois tem como objetivo representar, da melhor maneira, a complexidade da fala da sociedade segundo as regras da modalidade escrita.
- II. Fenômenos como a comunicação através de meios eletrônicos frequentemente subvertem as regras ortográficas consuetudinárias.
- III. Os gramáticos portugueses usam uma orientação gramatical diferente daquela encontrada no Brasil, haja vista o fato de que a língua nacional é o brasileiro.

É **CORRETO** afirmar que

- (A) apenas uma das assertivas representa uma inferência que pode ser diretamente feita a partir do texto.
- (B) apenas duas das assertivas representam inferências que podem ser diretamente feitas a partir do texto.
- (C) as três assertivas representam inferências que podem ser diretamente feitas a partir do texto.
- (D) nenhuma das assertivas representa uma inferência que pode ser diretamente feita a partir do texto.

QUESTÃO 08

A função sintática de cada par de expressões destacadas em negrito está **INCORRETAMENTE** identificada pelo respectivo termo sublinhado em

- (A) **que** está próximo de completar 500 anos [linhas 1 e 2] = **que**, em 1517, recebeu o primeiro conjunto de regras ortográficas [linhas 10 e 11] - sujeito
- (B) mas fundamentalmente **um quadro complexo e pluricêntrico** [linha 40] = **admirável** [linha 2] - predicativo do sujeito
- (C) **a língua exercida por uma comunidade** [linha 17] = críticas particularmente severas – **e absolutamente pertinentes** – feitas por acadêmicos [linhas 35-36] - aposto
- (D) **que... a língua portuguesa era escrita segundo ortografias de orientação especialmente latinizante** [linhas 7-9] = **a necessidade de revisão de seus termos** [linhas 38-39] - objeto direto

QUESTÃO 09

É uma inferência **CORRETA** e que pode ser feita diretamente a partir do disposto no texto:

- (A) A impossibilidade de impedir a mudança linguística implica necessariamente o caráter artificial das convenções ortográficas.
- (B) Em virtude de se terem processado modificações pouco numerosas na ortografia portuguesa, é potencialmente fácil a leitura de textos medievais impressos.
- (C) Nos períodos imediatamente posteriores à adoção de novas normas ortográficas, as flutuações observadas na escrita são devidas à baixa escolaridade do indivíduo.
- (D) As questões de variação e de mudança linguística são muito mais sérias nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa do que no Brasil ou em Portugal.

QUESTÃO 10

A alternativa em que a alteração do termo em negrito **NÃO** implica inadequação gramatical nem mudança de significado é:

- (A) '... da língua portuguesa, que está **próximo** de completar 500 anos...' [linhas 1-2] / '... da língua portuguesa, que está **próxima** de completar 500 anos...'
- (B) '... **entre** vários outros aspectos da língua de sua época...' [linha 6] / '... **dentre** vários outros aspectos da língua de sua época...'
- (C) '... **toda oscilação** ortográfica dos textos portugueses.' [linhas 12 e 13] / '... **toda a oscilação** ortográfica dos textos portugueses.'
- (D) '... e foi **necessária a promulgação** de lei específica, em 1971...' [linhas 30-31] / '... e foi **necessário promulgar** lei específica, em 1971...'

QUESTÃO 11

Leia as assertivas abaixo, que fazem referência a marcas estilísticas presentes no texto.

- I. Há, no texto, o deslocamento do valor de tempos verbais de presente, de maneira que passem a fazer referência a eventos ocorridos no passado.
- II. Cultismos lexicais contrastam com as estruturas oracionais predominantemente simples do texto, o que é coerente com o caráter multifacetado da língua portuguesa.
- III. No texto, os sujeitos pospostos ao verbo exibem natureza apenas nominal, i.e., não há orações subordinadas que cumprem essa função sintática.

A alternativa que avalia **corretamente** as afirmações acima dispostas é:

- (A) Apenas uma das assertivas está correta.
- (B) Apenas duas das assertivas estão corretas.
- (C) As três assertivas estão corretas.
- (D) As três assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 12

A alternativa em que a reescrita **NÃO** implica mudança drástica na delimitação do significado do termo acompanhado pelo artigo é

- (A) 'Em qualquer época, contudo, a ortografia corresponde a **uma** tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema...' [linhas 15-16]
'Em qualquer época, contudo, a ortografia corresponde à tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema...'
- (B) '... ratificada pela Academia Brasileira de Letras não apenas transforma dígrafos em sinais simples...' [linhas 24-25]
'... ratificada pela Academia Brasileira de Letras não apenas transforma **os** dígrafos em sinais simples...'
- (C) 'A primeira explicitação **das** normas ortográficas da língua portuguesa, que está próximo de completar 500 anos...' [linhas 1-2]
'A primeira explicitação de normas ortográficas da língua portuguesa, que está próximo de completar 500 anos...'
- (D) '... para reduzir **as** dissonâncias ortográficas verificadas entre as grafias oficiais vigentes nos dois lados do Atlântico.' [linhas 31-32]
'... para reduzir dissonâncias ortográficas verificadas entre as grafias oficiais vigentes nos dois lados do Atlântico.'

QUESTÃO 13

A identificação da relação interoracional é **INCORRETA** em:

- (A) A oração 'antes da publicação dessa obra exordial' [linhas 7-8] confere uma especificação temporal à oração que lhe é principal, 'a língua portuguesa era escrita segundo ortografias de orientação especialmente latinizante...' [linhas 8-9].
- (B) A oração 'mas somente em 1943 se avança, no Brasil, em caráter efetivo.' [linha 23] acrescenta uma informação de natureza adversativa à oração que lhe é principal, 'Houve tentativas de se retomarem as linhas mestras desse documento em 1915 e em 1931' [linhas 23-24].
- (C) A oração 'Apesar de envolverem comissões representantes dos mesmos países lusófonos' [linha 28] tem um caráter concessivo diante da oração principal 'as decisões posteriores nem sempre foram acatadas bilateralmente.' [linhas 28-29].
- (D) A oração 'e tem motivado discussões e análises que apontam a necessidade de revisão de seus termos.' [linhas 38-39] acrescenta uma nova proposição à oração principal 'Essa questão compromete o princípio em que se apoia a própria concepção de toda a proposta' [linhas 37-38].

QUESTÃO 14

A identificação do sujeito oracional está **INCORRETA** em:

- (A) O núcleo do sujeito da oração 'vêm a lume' [linha 21] é 'termos', que lhe é imediatamente posposto e que determina claramente a flexão do verbo 'vir'.
- (B) O núcleo do sujeito da oração 'como também implementa a acentuação distintiva para homófonos homógrafos e o uso de trema' [linhas 25-26] é 'convenção', contido no mesmo período.
- (C) O sujeito da oração subordinada 'Apesar de envolverem comissões representantes dos mesmos países lusófonos' [linha 28] está explícito na oração principal do mesmo período.
- (D) O sujeito da oração 'e tem motivado discussões e análises' [linha 38] é 'a própria concepção de toda a proposta' [linha 38], que a antecede no mesmo período.

QUESTÃO 15

A relação entre termos está **INCORRETAMENTE** avaliada em:

- (A) A presença do complemento 'diversas formas variantes' [linha 14] é mandatória, em atendimento à regência do verbo 'coligir' nessa passagem [linha 14].
- (B) O termo 'regras ortográficas' [linha 11] acompanha o núcleo 'conjunto' [linha 11], e a justaposição desses dois elementos nominais é mediada pela preposição 'de'.
- (C) A presença do termo 'a promulgação de lei específica' [linha 30] é obrigatória diante da regência do adjetivo 'necessária' [linha 30].
- (D) O termo oracional 'de que há um equívoco reducionista e inadmissível no âmago do Acordo'[linhas 36-37] complementa o significado do termo 'argumento' [linha 36].

PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO – Cad. 3**QUESTÃO 16**

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão **sucessivamente** chamados ao exercício da Presidência:

- (A) o Presidente do Congresso Nacional, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- (B) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- (C) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- (D) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o do Superior Tribunal de Justiça, o da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.

QUESTÃO 17

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê, quanto aos atos delituosos do Presidente da República, que, admitida a acusação por

- (A) dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- (B) três quintos da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- (C) dois terços do Congresso Nacional, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- (D) maioria absoluta do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Congresso Nacional, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

QUESTÃO 18

O Tribunal de Contas da União é órgão de controle externo, a quem compete, dentre outras atribuições, representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades, mesmo as de ministro de Estado ou de autoridade de nível hierárquico equivalente. Nos termos da Constituição da República do Brasil de 1988, a nomeação de Ministros do TCU é competência privativa

- (A) da Câmara de Deputados.
- (B) do Congresso Nacional.
- (C) do Presidente da República.
- (D) do Senado Federal.

QUESTÃO 19

Constituem motivo para rescisão dos contratos administrativos, **EXCETO**:

- (A) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- (B) qualquer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.
- (C) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- (D) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

QUESTÃO 20

Theotônio Brancão, brasileiro, casado, funcionário concursado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, não comparece ao serviço, sem causa justificada, há 58 (cinquenta e oito) dias consecutivos no ano em curso. Respeitado do devido processo legal, o servidor está sujeito à pena de

- (A) advertência.
- (B) demissão.
- (C) destituição de função comissionada.
- (D) suspensão.

QUESTÃO 21

O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor, para verificação do descumprimento dos deveres e das obrigações funcionais e para aplicação das penas legalmente previstas, assegurada ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar

- (A) o seu afastamento do exercício do cargo por prazo indeterminado, sem prejuízo da remuneração.
- (B) a remoção do servidor de seu cargo pelo prazo de até um ano ou até que seja concluído o processo, sem prejuízo da remuneração.
- (C) a transferência de cargo do servidor pelo prazo de até trinta dias, sem prejuízo da remuneração, podendo o afastamento ser prorrogado por igual prazo, ou até que seja concluído o processo.
- (D) o seu afastamento do exercício do cargo pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração, podendo o afastamento ser prorrogado por igual prazo, cujo término implicará a cessação dos seus efeitos, ainda que não esteja concluído o processo.

QUESTÃO 22

A Constituição do Estado de Minas Gerais define a competência da Justiça Militar para processar e julgar os militares do Estado, nos crimes militares definidos em lei, e as ações contra atos administrativos disciplinares militares, ressalvando, entretanto, a competência do

- (A) Júri quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça Militar decidir sobre a perda do posto e da patente de oficial e da graduação de praça.
- (B) Júri quando a vítima for civil, cabendo ao Juiz Auditor decidir sobre a perda do posto e da patente de oficial e da graduação de praça.
- (C) Juízo Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça Militar decidir sobre a perda do posto e da patente de oficial e da graduação de praça.
- (D) Juízo Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais quando a vítima for civil, cabendo ao Presidente do Tribunal decidir sobre a perda do posto e da patente de oficial e da graduação de praça.

QUESTÃO 23

Maria Valéria, brasileira, casada, funcionária pública lotada no cartório da 1ª. Vara Cível da Comarca de Araxá, ausentou-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do seu superior imediato, para acompanhar sua mãe a uma consulta médica.

Nos termos da Lei Complementar n. 59/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, a servidora

- (A) não cometeu ato previsto em lei e sujeito a pena disciplinar.
- (B) violou proibição legal expressa, sujeitando-se à pena de suspensão.
- (C) violou proibição legal expressa, sujeitando-se à pena de advertência.
- (D) violou proibição legal expressa, sujeitando-se à pena de afastamento preventivo.

QUESTÃO 24

A Lei Estadual 869/1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais) prevê que o funcionário poderá ser licenciado, **EXCETO**

- (A) para tratamento de saúde.
- (B) quando acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de doença profissional.
- (C) para tratar de interesses particulares seus, de seus descendentes, ascendentes, cônjuge ou companheiro.
- (D) por motivo de doença em pessoa de sua família na pessoa do pai, da mãe, dos filhos ou do cônjuge de que não esteja legalmente separado.

QUESTÃO 25

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta. No que respeita à liberdade de opinião e expressão, dispõe o art. XIX da DUDH que: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão” e, ainda, que este direito inclui a liberdade de,

- (A) observado o controle soberano do Estado, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, vedado o anonimato.
- (B) respeitada a soberania de cada fronteira, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios.
- (C) sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios nos limites das fronteiras de cada país.
- (D) sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

QUESTÃO 26

Tal como a Constituição da República de 1988, a Constituição do Estado de Minas Gerais estabeleceu um regime jurídico aos servidores públicos, no qual se enumeram normas básicas sobre o acesso e a perda do cargo, emprego ou função pública, bem como as condições necessárias para a aquisição da estabilidade. Dentre as disposições normativas estaduais, **NÃO** é correto o que se afirma em:

- (A) Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (B) À exceção da função de magistério, a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (C) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço público federal, estadual e municipal, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (D) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço público.

QUESTÃO 27

Ao tratar da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, a Constituição da República de 1988 conferiu inequívoca importância às relações familiares, tratando-as como uma questão de ordem social que merece especial proteção do Estado.

Em relação a esse tema, está correto o que se afirma, **EXCETO** em:

- (A) Os programas de amparo aos idosos serão executados, preferencialmente, em casas de repouso públicas ou em asilos particulares, desde que sem fins lucrativos.
- (B) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
- (C) Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
- (D) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

QUESTÃO 28

O Estado brasileiro assenta-se em fundamentos constitucionais e deve ser dirigido visando ao atendimento de objetivos previstos na Constituição da República de 1988 que, inclusive, estabelece os princípios que deverão orientar o país nas suas relações internacionais. Diante disso, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a República Federativa do Brasil tem como fundamento a defesa da paz.
- (B) um dos objetivos da República Federativa do Brasil é garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelo princípio da solução bélica dos conflitos externos.
- (D) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos do mundo, visando à formação de uma comunidade de nações.

QUESTÃO 29

O Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia do Estado são instituições que, na Constituição do Estado de Minas Gerais, são tratadas na seção que dispõe sobre as “Funções Essenciais à Justiça”.

Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que

- (A) é permitido ao membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária.
- (B) à Defensoria Pública é assegurada autonomia funcional e administrativa, mas não lhe cabe a elaboração de sua proposta orçamentária.
- (C) a Advocacia-Geral do Estado tem por chefe o Advogado-Geral do Estado, que será nomeado pelo Governador do Estado entre aqueles indicados em lista tríplice elaborada pelos integrantes da carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- (D) o Defensor Público Geral da Defensoria Pública será nomeado pelo Governador do Estado, escolhido dentre três defensores públicos de classe final, indicados em lista tríplice pelos integrantes da carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

QUESTÃO 30

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 constitui um marco na afirmação internacional de direitos essenciais à proteção da dignidade humana e pode ser compreendida como uma reação histórica aos horrores vivenciados na Segunda Guerra Mundial.

Dentre as previsões da mencionada declaração, **NÃO** se encontra proclamado o seguinte direito:

- (A) Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques, toda a pessoa tem direito à proteção da lei.
- (B) Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.
- (C) Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar de asilo em outros países. Este direito pode ser invocado, inclusive, no caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.
- (D) Toda pessoa tem direito ao repouso e ao lazer, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e às férias periódicas remuneradas.

PROVA NOÇÕES DE INFORMÁTICA – Cad. 3

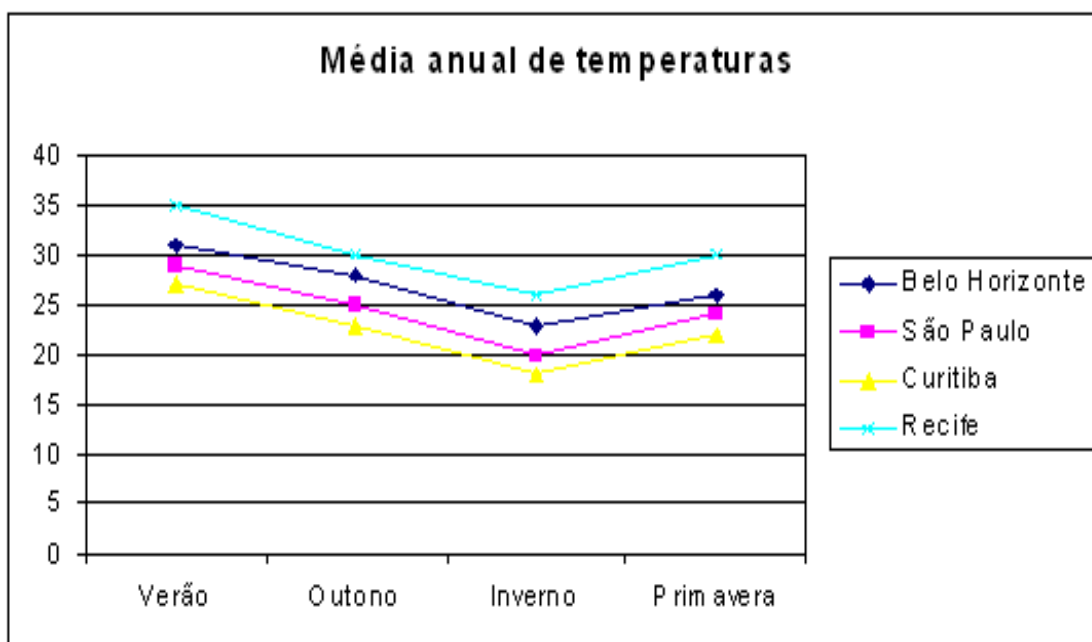
QUESTÃO 31

Considerando a configuração padrão do Microsoft Word, versão português do Office XP, a opção “Bordas e sombreamento...” é um item disponível no menu

- (A) Ferramentas.
- (B) Formatar.
- (C) Inserir.
- (D) Tabela.

QUESTÃO 32

Analise as seguintes afirmativas sobre o gráfico do Microsoft Excel, versão português do Office XP:






- I – O gráfico é do tipo “Linha”.
- II – As cidades podem ser séries em linhas do gráfico.
- III – As temperaturas estão sendo exibidas no eixo das categorias X.

Estão **CORRETAS** as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 33

Analise as seguintes afirmativas sobre os ícones do menu de contexto acionado a partir de uma coluna selecionada em uma tabela com mais de uma linha no Microsoft Word, versão português do Office XP:

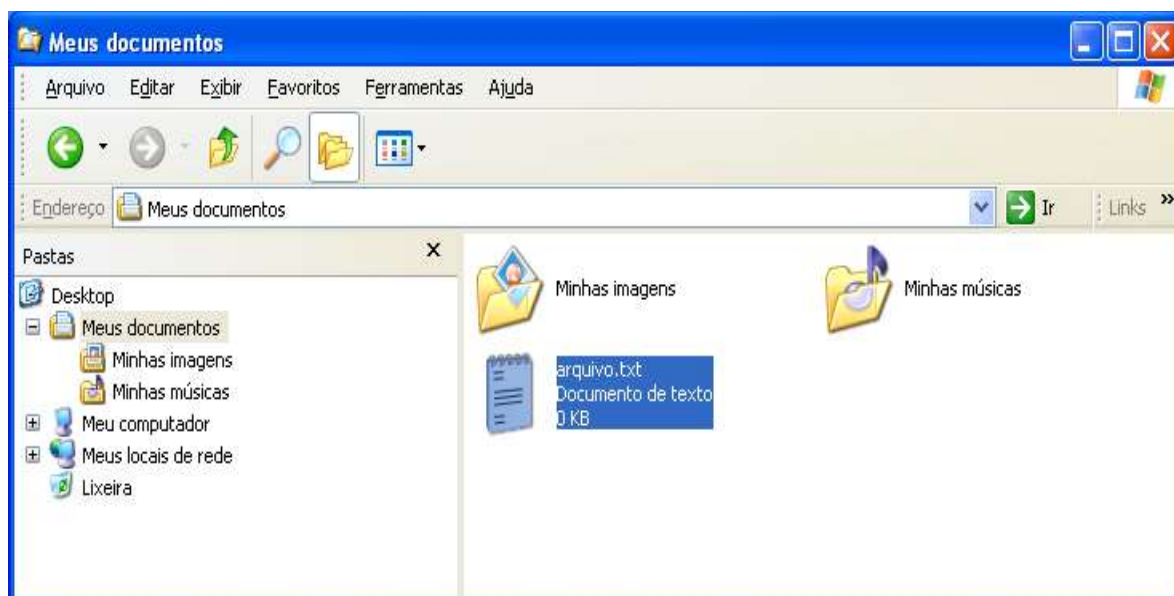
- I – O ícone  significa “Limpar conteúdo das células”.
- II – O ícone  significa “Distribuir linhas uniformemente”.
- III – O ícone  significa “Inserir colunas”.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
 (B) I e III, apenas.
 (C) II e III, apenas.
 (D) I, II e III.

QUESTÃO 34

Considere a janela abaixo do Windows Explorer do Microsoft Windows XP, versão português, com o arquivo “arquivo.txt” selecionado.



São opções disponíveis no menu de contexto padrão acionado pelo botão direito do mouse sobre o arquivo selecionado, **EXCETO**:

- (A) Compactar.
 (B) Criar atalho.
 (C) Excluir.
 (D) Propriedades.

QUESTÃO 35

Em relação às teclas de atalho disponíveis no Internet Explorer 7, versão português, correlacione as colunas a seguir:

Tecla de Atalho	Opção
I. Ctrl+T	() Atualizar
II. Ctrl+N	() Nova Guia
III. F5	() Nova Janela
IV. F11	() Tela Inteira

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é

- (A) IV, I, II, III.
- (B) III, II, I, IV.
- (C) III, I, IV, II.
- (D) III, I, II, IV.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – Cad. 3**QUESTÃO 36**

É correto o que se afirma, **EXCETO** em:

- (A) A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido mostra a movimentação financeira ocorrida no patrimônio durante um determinado período, bem como a riqueza gerada e a sua respectiva distribuição.
- (B) O Balanço Patrimonial apresenta o que a entidade possui para gerar riqueza e as obrigações atuais. Essa demonstração mostra a situação em uma determinada data, geralmente o último dia do ano.
- (C) A Demonstração do Resultado do Exercício tem a finalidade de mostrar o desempenho da entidade, comparando a geração de receita com o esforço necessário para isso. Essa comparação é feita para um período de tempo, que pode ser um ano, um trimestre ou até mesmo um mês.
- (D) A Demonstração dos Fluxos de Caixa mostra a movimentação financeira ocorrida durante um determinado período no caixa da entidade.

QUESTÃO 37

De acordo com a redação dada pela Resolução CFC nº 1.282/10, o Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser, inicialmente, registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Entretanto, no que se refere à variação do custo histórico, tem-se que, uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores, **EXCETO**:

- (A) Valor justo.
- (B) Valor presente.
- (C) Valor realizável.
- (D) Valor adicionado.

QUESTÃO 38

Nos termos da redação dada pela Resolução CFC nº 1.282/10, em se tratando do Princípio do Registro pelo Valor Original, os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais. Assim sendo, são resultantes da adoção da atualização monetária, **EXCETO**:

- (A) A moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.
- (B) A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.
- (C) Para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substancialmente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido.
- (D) A atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

QUESTÃO 39

Nos termos da Lei Complementar 101/2000, de Responsabilidade Fiscal – LRF, integram a lei de diretrizes orçamentárias os anexos de

- (A) Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.
- (B) Resultado Operacional e de Riscos Fiscais.
- (C) Metas Fiscais e de Desempenho dos Servidores.
- (D) Desempenho dos Servidores e de Riscos Fiscais.

QUESTÃO 40

Acerca da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Caixa são os valores disponíveis e depósitos bancários à vista, já os equivalentes de caixa são os investimentos de curto prazo que têm alta liquidez e são facilmente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor da conversão.
- (B) O fluxo de caixa das operações é composto pelo registro de todas as atividades ligadas à produção e entrega de bens e serviços, além de eventos que não sejam definidos como atividades de investimento e financiamento.
- (C) O fluxo de caixa dos investimentos está relacionado com o aumento e a diminuição dos ativos de longo prazo que a empresa utiliza para produzir bens e serviços e o fluxo de caixa dos financiamentos se refere aos empréstimos de credores e investidores à entidade.
- (D) A partir de edição da Lei nº 11.638/07, todas as companhias fechadas e as de capital aberto estão obrigadas a elaborar e publicar a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

QUESTÃO 41

O Ativo Imobilizado de uma companhia ou empresa é formado por

- (A) bens incorpóreos e direitos, utilizados no desenvolvimento de suas atividades.
- (B) bens intangíveis e direitos, utilizados no desenvolvimento de suas atividades.
- (C) direitos que tenham por objeto bens corpóreos, destinados à manutenção de suas atividades ou exercidos com essa finalidade.
- (D) todos os bens tangíveis e intangíveis, além dos direitos de longo prazo da entidade.

QUESTÃO 42

O balanço patrimonial da Cia. São Francisco, no final do exercício social de 2012, apresentou um Ativo Circulante de R\$ 23.200,00 e um Passivo Circulante de R\$ 16.800,00. O valor dos estoques era da ordem de R\$ 5.300,00. Assim sendo, o índice de liquidez seca da Companhia é igual a

- (A) 1,05
- (B) 1,07
- (C) 1,38
- (D) 1,70

QUESTÃO 43

São classificados como Reservas de Capital:

- (A) A Alienação de Bônus de Subscrição, o Ágio na Emissão de Ações e a Reserva Especial de Ágio na Incorporação.
- (B) As Reservas para Contingências, as Reservas Estatutárias e a Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos.
- (C) A Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, a Reserva de Lucros a Realizar e a Alienação de Bônus de Subscrição.
- (D) A Reserva de Lucros a Realizar, o Ágio na Emissão de Ações e as Reservas Estatutárias.

QUESTÃO 44

Tendo em vista os saldos abaixo discriminados, à data do balanço, da Cia. São Jorge,

Capital Social: R\$ 600,00
Provisão para Contingências: R\$ 60,00
Alienação de Partes Beneficiárias: R\$ 40,00
Ágio na Emissão de Ações: R\$ 100,00
Ações em Tesouraria: R\$ 30,00
Investimentos em Empresas Controladas: R\$ 140,00
Reserva de Lucros para Expansão: R\$ 120,00
Reserva de Lucros a Realizar: R\$ 170,00
Debêntures Emitidas: R\$ 120,00

o valor do seu patrimônio líquido, de acordo com a Lei nº 6.404/76, é igual a

- (A) R\$ 1.000,00
- (B) R\$ 1.140,00
- (C) R\$ 1.200,00
- (D) R\$ 1.320,00

QUESTÃO 45

Sobre empenho, é correto o que se afirma, **EXCETO** em:

- (A) Quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado.
- (B) Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria a obrigação de pagamento, devendo ocorrer sempre após a execução da despesa.
- (C) O empenho, que consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico, é formalizado mediante a emissão de um documento denominado Nota de Empenho, do qual devem constar o credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária.
- (D) Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado parcialmente. Será anulado totalmente quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou ainda, no caso de ter sido emitido incorretamente.

QUESTÃO 46

Estão corretas as afirmativas, **EXCETO**:

- (A) Convite é a modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela Administração.
- (B) Concorrência é a modalidade da qual podem participar quaisquer interessados que, na fase de habilitação preliminar, comprovem possuir requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do objeto da licitação.
- (C) Tomada de Preços é a modalidade realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (D) Pregão é a modalidade licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens e serviços de qualquer natureza é feita em sessão única e reservada. Os licitantes apresentam suas propostas de preço por escrito e por lances verbais, independentemente do valor estimado da contratação.

QUESTÃO 47

Estão corretas as afirmativas, **EXCETO**:

- (A) O balancete de verificação é uma relação ordenada dos saldos das contas do livro Razão. Deve apresentar uma coluna para os saldos devedores e outra para os saldos credores.
- (B) As Notas Explicativas apresentam o detalhamento de informações que estão contidas nas principais demonstrações contábeis. Podem ser expressas em texto ou tabelas, mas sua linguagem é técnica. Podem trazer também os critérios que foram usados na mensuração dos itens que compõem as demonstrações.
- (C) A Demonstração do Valor Adicionado tornou-se obrigatória para todas as sociedades anônimas, de acordo com a Lei nº 11.638/2007. Mostra a riqueza gerada pela entidade e a sua distribuição entre os empregados (salários e participações no lucro), financiadores, acionistas, governo e outros.
- (D) A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conhecida como DMPL, mostra as variações ocorridas no Patrimônio Líquido da entidade no decorrer de um exercício social. Evidencia o destino do lucro do exercício, o aumento ou a diminuição do capital, as movimentações das reservas, entre outras movimentações.

QUESTÃO 48

Estão corretas as afirmativas, **EXCETO**:

- (A) O parecer dos auditores é obrigatório apenas para as companhias abertas, ou seja, aquelas que têm papéis negociáveis (ações ou debêntures colocados junto ao público).
- (B) No relatório da diretoria, são prestadas informações meramente financeiras, exclusivamente aos terceiros que se relacionam com a entidade e não aos seus acionistas, acerca de diversos aspectos do seu desempenho e perspectivas.
- (C) Análise das Demonstrações Contábeis é técnica que se utiliza de métodos e processos científicos (estatísticos) na decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, para a obtenção de informações analíticas.
- (D) Auditoria é a técnica contábil que tem por objetivo a verificação ou revisão de registros, demonstrações e procedimentos adotados para a escrituração, visando avaliar a adequação e a veracidade das situações memorizadas e expostas. É, hoje, um exame sistemático, racional, organizado metodologicamente, para produzir opiniões sobre as situações patrimoniais, financeiras, de resultado, de produtividade, de risco, de legalidade, de economicidade, de eficácia, em suma, de todos os aspectos da vida patrimonial, essa definição é da autoria de Antônio Lopes de Sá.

QUESTÃO 49

No que diz respeito à Tomada de Contas, **NÃO** é correto o que se afirma em:

- (A) A tomada de contas especial ocorrerá toda vez que o agente responsável causar prejuízo à Fazenda Pública, a qual será encaminhada ao controle interno do poder respectivo.
- (B) A tomada de contas extraordinária será levantada quando ocorrer extinção, fusão, incorporação, transformação ou dissolução de unidades da Administração Direta.
- (C) A tomada de contas é o processo elaborado pelo órgão de contabilidade analítica da Administração Direta, referente, exclusivamente, aos atos de gestão orçamentária e à guarda de materiais e bens públicos sob a responsabilidade de um determinado agente.
- (D) A tomada de contas anual é levantada no final de cada exercício financeiro, com o objetivo de entregar aos Tribunais de Contas as contas anuais dos ordenadores ou responsáveis pela guarda de valores ou bens públicos da Administração Direta.

QUESTÃO 50

O inventário realizado toda vez que se encerrarem ou extinguirem as atividades de um órgão da Administração é denominado de

- (A) extinção.
- (B) encerramento ou final.
- (C) encerramento das atividades.
- (D) transferência de responsabilidades.

CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS EDITAL 01/2013

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	





Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG
(31) 3249-7400 - www.fumarc.org.br / fumarcoconcursos@pucminas.br